

Sumário

1 Prefácio	1
2 Introdução	5
3 O Setor Elétrico Brasileiro e o Sistema Tributário Nacional	9
3.1 Considerações iniciais sobre o setor elétrico brasileiro.....	9
3.2 O Sistema Tributário Nacional e a tributação por meio de Taxas de Polícia	12
3.3 Considerações sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	16
3.4 O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto Territorial Rural (ITR)	17
3.5 A competência municipal para instituir o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).....	22
3.6 A materialidade das Contribuições Sociais ao PIS e à Cofins.....	23
3.7 Breve digressão sobre o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)	25
4 Notas Introdutórias sobre a Tributação Municipal da Energia Elétrica	29
4.1 Cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre compartilhamento de infraestrutura e serviços de distribuição de energia elétrica	30

4.2 O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e as áreas urbanas destinadas à transmissão ou distribuição de energia elétrica	34
4.3 A exigência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis sobre a transferência de Usinas Hidrelétricas e sobre o registro de servidões administrativas	41
4.4 A cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica.....	44
4.5 A contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP.....	47
5 Notas Introdutórias sobre a Tributação Estadual da Energia Elétrica.....	51
5.1 As taxas de polícia instituídas pelos Estados do Amapá, Pará e Rio de Janeiro: TFRH e TFGE.....	52
5.1.1 A Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5374/PA.....	64
5.1.2 A Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6211/AP.....	70
5.1.3 A Arguição de Inconstitucionalidade n.º 0150594-62.2016.8.19.0001/RJ.....	72
5.2 O julgamento do Recurso Extraordinário n.º 593.824/SC e a não incidência do ICMS sobre a demanda de potência de energia elétrica	74
5.3 Não incidência do ICMS nas liquidações realizadas no Mercado de Curto Prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	81
5.4 Direito à manutenção dos créditos de ICMS relacionados às liquidações realizadas no Mercado de Curto Prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	88

5.5 O direito ao crédito de ICMS no emprego da energia elétrica como insumo do processo produtivo.....	99
5.6 A redução da alíquota de ICMS sobre a aquisição de energia elétrica em razão do princípio da seletividade.....	104
5.7 Não incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição, a Tarifa de Utilização de Serviços de Transmissão e os encargos setoriais.....	108
5.8 Não incidência do ICMS sobre as Bandeiras Tarifárias repassadas nas faturas de energia elétrica.....	120
5.9 A tributação da autoprodução de energia elétrica sob a ótica da propriedade regulatória da energia elétrica.....	124
5.9.1 O tratamento conferido pelos tribunais judiciais e administrativos.....	132
5.10 O ICMS e as subvenções para investimentos.....	139
5.11 As perdas de energia elétrica e o fato gerador do ICMS.....	145
5.12 ICMS nas operações interestaduais com energia elétrica e o julgamento do Recurso Extraordinário n.º 748.543/RS.....	149
6 Notas Introdutórias sobre a Tributação Federal a Energia Elétrica.....	153
6.1 A exclusão do ICMS repassado nas faturas de energia elétrica e dos encargos setoriais da base de cálculo do PIS e da Cofins.....	154
6.2 O direito aos créditos de PIS e Cofins sobre a energia elétrica empregada como insumo do processo produtivo.....	161

6.3 O regime especial do PIS e da Cofins previsto no artigo 47 da Lei n.º 10.637/2002	169
6.4 A tributação federal e os valores registrados na Conta de Compensação de Valores	171
6.5 A dedutibilidade das multas regulatórias da base de cálculo do Imposto sobre a Renda.....	172
6.6 A dedutibilidade das provisões do setor elétrico na apuração do lucro real do Imposto sobre a Renda.....	176
6.7 A tributação do Imposto sobre a Renda no lucro presumido e a interseção com o setor elétrico.....	178
6.8 O Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e a indenização recebida em razão da servidão administrativa	182
6.9 As benfeitorias destinadas à produção de energia hidrelétrica e a base de cálculo do Imposto Territorial Rural	184
7 Conclusão	191
Referências Bibliográficas	195